1. Ultrapassando o prazo de 10 (dez) dias entre a emissão de CNPJ de campanha e a renúncia da candidata, torna-se obrigatória a abertura de conta bancária, nos termos do §2º, do art. 10, da Res. TSE n° 23.553/2017.

2. A ausência de abertura de conta bancária, por si só, compromete a fiscalização das contas de candidatos, visto que impossibilita a observância de eventuais omissões de receitas e gastos durante a campanha eleitoral, no período em que a conta não esteve aberta e enseja a desaprovação das contas.

3. A falta de certidão de regularidade do profissional de contabilidade, contraria o art. 2º, § único da Resolução CFC n° 1.402/2012 c/c o art. 48, § 4º da Res. TSE n° 23.553/2017.

4. Contas desaprovadas.

(Prestação de Contas n 060244447, ACÓRDÃO n 060244447 de 20/11/2019, Relator(a) DELMIRO DANTAS CAMPOS NETO, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Data 27/11/2019)

Assim, embora presentes os demais documentos e informações exigidos, e sanadas parcialmente as outras irregularidades apontadas por este juízo mediante manifestação do prestador, impõe-se a desaprovação das presentes contas, porquanto verificada falha que lhes compromete a regularidade, consubstanciada na ausência de abertura de conta bancária, nos moldes do art. 74, III, da Resolução TSE n.º 23.607/2019.

Considerando o disposto no art. 74, §7º, da Res. TSE n° 23.607/2019 e art. 25 da Lei 9.504/1997, e sopesando a irregularidade que ensejou a desaprovação das contas do partido, é de se aplicar a sanção de suspensão de repasse de cotas do Fundo Partidário pelo prazo de 3 (três) meses, pois não há provas de recebimento irregular de recursos e trata-se de uma única irregularidade.

III - DISPOSITIVO:

Em face do exposto, com fulcro no art. 30, III, da Lei n.º 9.504/97 e no art. 74, III, da Resolução TSE n.º 23.607/2019, julgo DESAPROVADAS as presentes contas.

Determino a suspensão do repasse das cotas do Fundo Partidário pelo período de 3 (três) meses, a partir do ano seguinte ao trânsito em julgado, nos termos do art. 74, §7º, da Res. TSE n° 23.607/2019 e art. 25 da Lei 9.504/1997.

Por fim, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Eleitoral, pelo prazo de 30 (trinta) dias, para os fins previstos no artigo 22 da LC 64/90, nos termos do art. 81 da Resolução TSE 23.607/19 e art. 22, § 4º da Lei 9504/97.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Após o trânsito em julgado, lance-se no Sistema de Informações de Contas (SICO).

Ao fim, arquivem-se os autos.

Os candidatos ou partidos deverão conservar a documentação concernente às respectivas contas até 180 (cento e oitenta) dias após a diplomação, conforme estabelecem o art. 32 da Lei n.º 9.504/97 e o art. 28 da Resolução TSE n.º 23.607/2019.

Floresta/PE, na data da assinatura eletrônica.

Lecícia Sant'Anna da Costa

Juíza Eleitoral

80ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

EDITAL Nº 1/2023 - EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS E EXPEDIENTES

PRAZO: 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS

De ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Reinaldo Paixão Bezerra Junior, Juiz da 80ª Zona Eleitoral do Pernambuco - Bodocó/PE, em virtude da lei, etc...

FAÇO SABER aos que o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que, nos termos da Resolução TSE. 23.659/2021, do Código de Normas do TRE/PE (Provimento CRE n.º 51/2019) e do Provimento CRE/PE N.º 64/2022, após o prazo deste edital, se não houver questionamento, será realizada a inutilização dos documentos a seguir relacionados, através do processo de trituração, a ser procedida nas dependências do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, situado na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160 - Graças - Recife (PE), podendo o evento ser acompanhado por quem interessar possa:

Documento	Ano
Ata de Mesa Receptora de Votos	2018
Boletins de Urna: - emitido pela UE; - de justificativa; - zerésimas.	2018
Cadernos/FolhasdeVotação	2014
Controle de Entrega de Auxilio Alimentação	2020
RAE - Requerimento de alistamento Eleitoral	2017
PETE - Protocolo de Entrega de Título Eleitoral	2017
Atesto telefônico e dos Correios	2020 a 2021
Recibo de materiais de eleição	2018 e 2019
Ofícios de Comunicação de Suspensão de Direitos Políticos, Condenação Criminal e Interdição	2014
Editais	2017
Guia de Recolhimento da União - GRU	2022
Ofícios recebidos, expedidos e circulares, memorandos, fax, fax-circulares	2018
Justificativas Eleitorais - Eleitores	2020
Ofícios de Comunicações de Óbitos	2017
Relatório SADP	2018
Requerimento de Desfiliação	2020
Processos DPI, RSE Óbitos, Duplicidade de Filiação; Processos administrativos de Correições Ordinárias Processos Advindos da CGE ou CRE:	2014

E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou o Excelentíssimo Senhor Juiz Eleitoral, Dr. Reinaldo Paixão Bezerra Junior, publicar o presente edital no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco e afixar no local de costume deste Cartório Eleitoral. Dado e passado nesta cidade de Bodocó-PE, aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três (07/02/2023).

Eduardo Luis da Silva Soares
Chefe de Cartório

86ª ZONA ELEITORAL